

PISO DA ENFERMAGEM

Aprovado pela Câmara dos Deputados, projeto deverá impactar em R\$36 bilhões o setor privado de saúde

PÁG.

06

04

SEGURANÇA DO PACIENTE

AHEG reuniu cinco profissionais para debater os desafios no processo de segurança do paciente e de seus colaboradores

11

LGPD

Consultora Jurídica da FBH conta como o Setor Saúde vem se adequando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e quais têm sido os principais desafios



Cuidado em todos
os detalhes pelo
bem estar de cada
paciente

Visamos a qualidade na gestão de tecnologia em saúde. Por isso, somos a primeira empresa de engenharia clínica no Brasil com selo de qualificação ONA. Essa conquista é resultado diário do nosso cuidado com as unidades de saúde, para levarmos juntos segurança aos pacientes.

 @orbisengenhariaclinica

 Orbis Engenharia Clínica

 62 3095-1094

 orbisengenhariaclinica.com.br



 **ORBIS**
ENGENHARIA CLÍNICA

DIRETORIA

DIRETORIA AHEG - 2021/2024

CONSELHO DIRETOR

Adelvânio Francisco Morato
Presidente

José Maria Dias de Azeredo Bastos
Vice-Presidente

Álvaro Soares de Melo
Secretário Geral

Macário de Magalhães Neto
Secretário Adjunto

Fernando Antônio Honorato da Silva e Souza
Tesoureiro Geral

João Manuel Marques Cristovão
Tesoureiro Adjunto

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

1. Fabiano Bereta Coelho
2. Jamil Elias Dib
3. Yuri Vasconcelos Pinheiro

Membros Suplentes

1. Munzer Khayat Doumit
2. Salomão Rodrigues Filho
3. Valdenir Ribeiro

Endereço

Alameda Botafogo, nº 101, Centro
Goiânia - Goiás - 74030-020

Telefones

(62) 3093-4307

EDITORIA

Karla Rady | *Jornalista*

Wanja Borges | *Jornalista*

Dorcas Serrano | *Diretora Comercial*

(62) 99978-7869

Tiragem - 1.000 exemplares

Distribuição Gratuita

D&D Comunicação

CNPJ: 07.598.473/0001-81

(62) 3941 7676



PALAVRA DO PRESIDENTE

OS DESAFIOS, AS DIFICULDADES E AS PREOCUPAÇÕES QUE IMPACTAM A SAÚDE

O Brasil é um país de dimensões continentais, mas sabemos que mais de 70% dos nossos hospitais são de pequeno e médio porte, o que preocupa tanto a Associação dos Hospitais do Estado de Goiás (AHEG), quanto a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), sobre os impactos que novas leis podem acarretar ao setor.

É o caso do Piso Nacional de Enfermagem que, apesar de ainda aguardar sanção presidencial, deve impactar financeiramente o segmento da saúde em torno de R\$ 54,6 bilhões por ano, sendo R\$ 36,09 bilhões somente no setor privado.

Não podemos esquecer também da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que, apesar de não ser novidade, gera um compromisso imenso, trabalho árduo e, sobretudo, sanções altíssimas, em caso de inadequação.

Preocupados em orientar, qualificar e preparar nossos hospitais, temos a honra de trazer, nesta edição, importantes esclarecimentos e direcionamentos da consultora jurídica da FBH Lidia Yoshikawa sobre os equívocos, reflexos e possíveis alternativas em relação ao PL 2564/20 e também as novidades, desafios, dificuldades e sanções da LGPD.

Aproveitamos para apresentar, também, os avanços garantidos pela força-tarefa das entidades representativas dos prestadores de serviços credenciados ao IMAS no que se refere à falta de repasses financeiros dos serviços já prestados – que, em alguns casos, se arrastava por mais de seis meses.

E, por último, mas não menos importante, o descontraído, dinâmico e produtivo bate-papo que a AHEG promoveu com cinco grandes profissionais sobre os Desafios Multiprofissionais no Processo de Segurança do Paciente e de seus Colaboradores.

No mais, além de desejar uma boa e produtiva leitura, aproveitamos para reforçar que a AHEG e também a FBH estão à sua disposição para apoiá-lo nesta caminhada. Conte conosco!

Dr. Adelvânio Francisco Morato

Presidente da AHEG

Exames

- Audiometria
- Impedanciometria
- Emissões Otoacústicas (Teste da orelhinha)
- BERA
- Otoneurológico
- Videolaringoscopia
- Videolaringo-estroboscopia
- Nasofibroscopia
- Video-naso-faringo-laringoscopia
- Raios X
- Análise e Patologia Clínica
- Reabilitação Vestibular Labiríntica

Cirurgias e Procedimentos

- Adenoidectomia
- Adenoamigdalectomia
- Implante Coclear
- Frenetomia lingual
- Turbinectomia
- Timpanoplastia
- Timpanoplastia com Reconstrução da Cadeia Ossicular
- Timpanomastoidectomia
- Estapedectomia
- Mastoidectomia
- Timpanotomia para Tubo de Ventilação
- Septoplastia
- Sinusotomia
- Polipectomia
- Epistaxe
- Rinosseptoplastia
- Tumor intra-nasal
- Redução de Fratura nasal
- Laringoscopia com microscopia
- Retirada de Corpo estranho
- Injeção Intralaringea de toxina botulínica
- Uvulopalatofaringoplastia
- Laringectomia
- Abdomenoplastia - Plástica do Abdômen
- Lipoaspiração
- Blefaroplastia - Plástica de Pálpebra
- Otoplastia - Correção de Orelha em abano
- Prótese Mamária - Colocação e retirada de prótese
- Mastoplastia - Redução da Mama
- Rinoplastia - Correção do Nariz



**HOSPITAL
OTORRINO
DE GOIÂNIA**

Diretor Técnico: Dr. Victor Labres da Silva Castro - CRM-GO 12806 - Otorrinolaringologista
Av. Paranaíba, 1473 - Centro - Goiânia, GO 74025-010 - Tel: 62 **3216-0000**

Os desafios no processo de segurança do paciente e de seus colaboradores

Tema foi abordado em live realizada pela AHEG, no dia 25 de maio, por cinco profissionais convidados

Desafios Multiprofissionais no Processo de Segurança do Paciente e de seus Colaboradores. Este foi o tema da live promovida pela Associação dos Hospitais do Estado de Goiás (AHEG) no dia 25 de maio, em parceria com a Inpart Saúde, empresa de tecnologia que, dentro do segmento hospitalar, foi pioneira na criação de uma plataforma de Gestão de Processos de Próteses, Órteses e Materiais Especiais (OPME). Em quase duas horas de bate-papo dinâmico, descontraído, mas com muito embasamento técnico, profissionais convidados de diferentes setores falaram sobre suas dificuldades, necessidades, desafios e experiências relacionadas à segurança do paciente e de seus colaboradores.

A live foi conduzida pela jornalista Viviã de Sousa, consultora da AHEG, e também pela presidente da Sociedade Federal de Instrumentação Cirúrgica, Regiane Gama, que logo no início de sua fala destacou que a segurança do paciente não se limita à ação de poucos profissionais, mas de multiprofissionais. “A segurança do paciente é um direito adquirido pela legislação. Não consigo tratar um paciente público diferenciado de um paciente particular. Ao contrário, tenho recursos diferenciados, mas, no fim, todo tratamento e preocupação com a segurança do paciente tem que ser aplicada de forma correta. E como a gente começa pensando nisso? Quando tem a responsabilidade multiprofissional, quando entende que paciente é paciente e é de responsabilidade desde sua internação até a sua alta. Então qualquer profissional que atua de forma direta ou indireta corresponde à essa segurança do paciente”, reiterou.

Em seguida, Joselito Cardoso, diretor comercial na Inpart Saúde, falou um pouco sobre como o uso de tecnologias tem impacto direto no processo de segurança do paciente. “Se a gente for pensar de uma forma básica, parece que não tem nenhum tipo de ligação que possa permitir que um sistema tenha interferência na segurança do paciente. É fundamental pensar se estou adquirindo dentro do meu processo os materiais adequados,

com documentação sanitária do fornecedor que está entregando aquele material, com seus protocolos de segurança, rastreabilidade. A plataforma está totalmente envolvida no processo de segurança do paciente, não no detalhe do cuidado, mas no detalhe que vem antes do cuidado que o paciente vai precisar”, destacou.



Desafios multiprofissionais

O debate também contou com a participação da secretária executiva Natália Ribeiro, que falou sobre seu papel no processo de negociação entre consultório, hospital e material em procedimentos cirúrgicos, alguns dos problemas encontrados nessas tratativas e seus impactos para todos os envolvidos, seus desafios para garantir um atendimento de excelência no consultório e, ainda, como um banco de dados expressivo pode ajudar a garantir mais agilidade e eficácia para todo o processo.

Anderson Cezar Lima, responsável pelo setor de DM e Dmis da Rede D'Or, também participou do debate apresentando o lado do processo de suprimentos, desde a solicitação até a chegada do material no centro cirúrgico. Além de contar como sua equipe lida com a falta de materiais e os cuidados que devem ser tomados nesses casos para garantir a segurança do procedimento, ele comentou sobre os impactos dos problemas deflagrados na logística de entrega de material e da falta de capacitação técnica dos profissionais dentro da área de OPME e, ainda, sobre a importância da interface entre a área de suprimentos

e a equipe médica para atender todas as necessidades e expectativas, entre outros assuntos.

Já a enfermeira e assessora administrativa de equipes cirúrgicas Andressa Lisboa falou um pouco sobre as partes assistencial e de gestão. Além de comentar sobre aspectos fundamentais na assistência para dar um atendimento com qualidade para as equipes médicas e garantir segurança do paciente no ambiente hospitalar, ela citou como uma equipe qualificada para conduzir questões administrativas, como a checagem da chegada do material, por exemplo, é de extrema importância para que o profissional da enfermagem não saia do foco de assistência ao paciente.

Ela ainda abordou a importância de as empresas que fornecem materiais de OPME estenderem suas parcerias para além da venda, passando também por treinamentos e instruções de uso, e como uma plataforma integrada, com direcionamento único e rastreabilidade, pode contribuir diretamente para a otimização do tempo destinado para a gestão e cuidado do paciente e amenização de danos. Para quem não acompanhou o bate-papo ao vivo, o vídeo do debate está disponível no perfil da AHEG no Instagram (@aheghospitais).

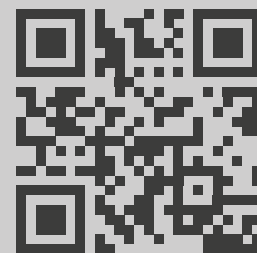
MELHORE A EXPERIÊNCIA DOS SEUS PACIENTES.

Aromatizamos pequenos e grandes ambientes.

Temos a solução olfativa ideal para clínicas e hospitais.

- Marketing Olfativo para área de saúde.
- Difusores automáticos (programação via aplicativo).
- Desenvolvimento de Fragrâncias Exclusivas.
- Desenvolvimento de Linha de Produtos Personalizada.
- 32 Fragrâncias em portfólio.
- Todos os produtos notificados na ANVISA.

OLFATI®



Piso da Enfermagem: quem vai pagar essa conta?

Estabelecimentos hospitalares manifestam preocupação com os efeitos negativos da proposta que, apesar de ainda aguardar sanção presidencial, já promete impactar significativamente o setor

Maio começou com a aprovação da criação do piso salarial da enfermagem (PL 2564/20) na Câmara dos Deputados. A medida, que prevê salário mínimo inicial de R\$ 4.750 para os enfermeiros, 70% do piso para os técnicos de enfermagem e 50% para os auxiliares de enfermagem e as parteiras, ainda aguarda sanção presidencial, mas já preocupa os estabelecimentos hospitalares, sobretudo aqueles que se encontram em crise financeira.

Isso porque, se sancionada, a medida pode provocar uma série de impactos negativos, tanto para o setor Saúde, quanto para a população e até mesmo para os próprios profissionais. Entre eles estão: ampliação das despesas dos estabelecimentos, fechamentos de leitos e hospitais, aumento nos valores cobrados pelos planos de saúde, sobrecarga no SUS, piora no atendimento à população e demissões.

Além do mais, conforme os estudos apresentados pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH), o impacto financeiro anual do projeto seria em torno de R\$ 54,6 bilhões por ano para o setor de saúde. Deste valor, aproximadamente R\$ 18,51 bilhões afetariam diretamente o setor público e R\$ 36,09 bilhões o setor de saúde privado, sendo R\$ 19,18 bilhões para entidades sem fins lucrativos e R\$ 16,91 bilhões para entidades com fins lucrativos.

Por conta disso, desde o ano passado, as entidades representativas do setor, entre elas a Federação Brasileira de Hospitais - instituição da qual a Associação dos Hospitais do Estado de Goiás (AHEG) é filiada - vêm tentando demonstrar aos

parlamentares os reflexos da criação do Piso Nacional da Enfermagem, principalmente nas finanças dos estabelecimentos. Entretanto, diante do avanço da proposta, a pergunta que fica agora é: como o custo deste PL será pago? De que forma os aumentos salariais propostos serão sustentados?

Afinal, conforme apresentado na publicação "Cenário dos Hospitais do Brasil 2020", cerca de 70% de toda a rede hospitalar brasileira é composta por estabelecimentos de pequeno e médio porte, aqueles que contam com até 100 leitos e estão, em grande parte, situados no interior ou na periferia dos grandes centros urbanos. Sem contar que a rede hospitalar privada brasileira tem uma dívida tributária que gira em torno de R\$ 68 bilhões.

"É importante deixar claro que não estamos discutindo se os profissionais de enfermagem merecem ou não o aumento. Somos conscientes do papel imprescindível que a categoria desempenha no funcionamento de um hospital. Porém, o que precisa ficar claro é que a proposta pode levar ao fechamento de inúmeros hospitais e clínicas, principalmente os de pequeno porte, que estão localizados no interior do país e já vêm enfrentando uma crise que perdura há mais de uma década. Além do mais, é preciso considerar as diferenças regionais, sob pena de onerar de forma desproporcional os pequenos. Se não, muitos vão fechar, o que vai aumentar a desigualdade regional na oferta de serviços de saúde", destaca o presidente da AHEG e também da FBH, Adelvânio Francisco Morato.



Em dezembro, FBH e CMB alertaram parlamentares contra os impactos do PL 2564

“Todos os estabelecimentos de saúde que possuem enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros em seu quadro de pessoal serão impactados”

Confira a entrevista com a advogada Lidia Yoshikawa sobre os equívocos, reflexos e possíveis alternativas para superar o impacto do Piso Nacional da Enfermagem

Para falar sobre os equívocos e reflexos do PL que cria o piso salarial da enfermagem, bem como das possíveis alternativas que podem ajudar os hospitais a suportarem o impacto acarretado pela proposta, a Revista AHEG conversou com Lidia Yoshikawa, consultora jurídica da FBH, que atua na área de regulação em saúde suplementar (ANS) e em saúde pública e privada (ANVISA e MS), além de análise de processos e projetos legislativos (PL, MP, PEC) e de atos do Poder Executivo (decretos e resoluções).

Além de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito do Estado (Administrativo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a advogada possui larga experiência profissional na área de direito público (administrativo) junto aos governos federal, estadual e municipal, bem como atuação profissional de mais de 25 anos em regulamentação da legislação em saúde pública, privada e suplementar. Confira a entrevista:



Há mais de 40 anos, nossa missão é acolher e cuidar.

Abraçados pela nossa ampla infraestrutura que conta com equipamentos de alta tecnologia, aqui no Hemolabor, nossos pacientes sempre encontram o carinho e a dedicação de especialistas em cuidar da vida com todo respeito e amor.



Hospital

Quimioterapia · Enfermagem · Hematologia · Oncologia · Mastologia
Cuidados Paliativos · Cardiologia · Coloproctologia · Endocrinologia



Laboratório:

Análises Clínicas · Anatomia Patológica · Biologia Molecular
Citogenética · Citometria de Fluxo



Banco de Sangue:

Coleta · Processamento · Seleção · Transfusão



Hemolabor
A GENTE AMA CUIDAR DE VOCÊ

Avenida L, Nº 84, Setor Aeroporto Goiânia, Goiás. CEP: 74075-030

62 3605-6600



Lidia Yoshikawa

Em primeiro lugar, quais são os equívocos do PL que institui piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras?

Lidia Yoshikawa - Sob o aspecto jurídico, o projeto de lei que instituiu o piso nacional dos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras abandonou a orientação da doutrina trabalhista de que os pisos salariais devem ser fixados por convenção coletiva da categoria, considerando a sua natureza necessariamente mutável. No âmbito privado das relações trabalhistas sob regência da CLT, este será o primeiro projeto de lei que fixa um piso nacional, pós Constituição Federal de 1988, de maneira que este Projeto de Lei cria um precedente que pode ensejar inúmeros outros projetos reivindicatórios de pisos nacionais de outras categorias.

Como a senhora vê esta proposta de piso nacional considerando as diferenças regionais e locais existentes pelo país?

Lidia Yoshikawa - Nosso país contém desigualdades regionais, fato que implica sabidamente em diferenças econômicas. Os hospitais associados à FBH se inserem na realidade econômica

local, e, portanto, as relações de trabalho que mantém com seus colaboradores deveriam ser regidas por esta realidade. A própria CF, em seu art. 7º, V, indica que no tema do piso salarial, deve o aplicador da lei dar tratamento diferenciado, proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Portanto, as diferenças regionais deveriam ter sido consideradas na fixação do piso nacional dos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros.

Quais os reflexos desta proposta nas finanças dos estabelecimentos de saúde? O que dizem os estudos realizados pela FBH?

Lidia Yoshikawa - Todos os estabelecimentos de saúde que possuem enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros em seu quadro de pessoal, serão impactados, de acordo com o número destes profissionais contratados. Os estudos da FBH, realizados apenas para hospitais, indicam que, em média, haverá um aumento de 34% sobre a folha de pagamento.

Por consequência, como isso impactaria negativamente os estabelecimentos de saúde, tanto privados, quanto públicos?

Lidia Yoshikawa - Ressaltamos que, neste momento, o projeto de lei ainda não foi sancionado pelo Chefe do Poder Executivo. Caso o seja, o aumento do piso salarial dos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros impactará ambos os setores. No setor público, talvez o impacto seja menor no caso de as remunerações destes profissionais serem maiores que aquelas praticadas no âmbito privado. Como acima assinalado, estudos da FBH revelam que, em média, os hospitais serão impactados com um aumento de 34% na folha de pagamento.

Para quais estabelecimentos de saúde o impacto tende a ser ainda maior?

Lidia Yoshikawa - De acordo com os estudos da FBH, voltados para os hospitais privados, aqueles de menor e médio portes, localizados no interior do país e, em especial na região nordeste, serão os mais impactados. Isto porque a localização destes hospitais nestas regiões indica uma maior disparidade salarial.

O que a senhora tem a dizer para os estabelecimentos que, desde já, afirmam que não conseguirão cumprir com o piso proposto?

Lidia Yoshikawa - Como ressaltado, o projeto de lei ainda não foi sancionado pelo Chefe do Poder Executivo. Assim, os estabelecimentos de saúde que se sentirem prejudicados neste momento, podem tentar sensibilizar o Governo Federal sobre os possíveis impactos negativos que ocorrerão com a sanção do projeto de lei. Isto já vem sendo realizado pela FBH em nome de seus associados.

E para os profissionais de saúde e até mesmo à população, quais serão as consequências negativas?

Lidia Yoshikawa - É muito difícil afirmar quais serão as consequências negativas. Para os enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros, em primeira análise, o projeto de lei foi uma vitória. Porém, esta vitória pode gerar uma redução no número de contratações destes profissionais, além de levar a um maior endividamento dos hospitais privados, o que poderá acarretar o encerramento de suas atividades. Para se ter uma ideia, a dívida dos hospitais privados apenas com a União está em torno de 70 bilhões. Caso isto ocorra, a população assistida poderá sofrer de forma direta com esta redução no número de profissionais e da rede hospitalar disponível.

A FBH está buscando alguma solução judicial para a situação?

Lidia Yoshikawa - Como ainda não há uma lei sancionada, a FBH está realizando análises sobre as possíveis ações judiciais cabíveis a serem viabilizadas, se for o caso, após a entrada em vigor da lei.

E maneiras de subsidiar e suportar esse aumento de R\$ 16 bilhões por ano, caso o piso nacional seja aprovado? Existe alguma discussão a respeito?

Lidia Yoshikawa - A FBH tem dialogado com o Congresso Nacional e com o Governo Federal em busca de alternativas que possam auxiliar os hospitais a suportarem o impacto do novo piso. Dentre as alternativas paliativas, uma possível desoneração da folha de pagamento, que mesmo que ocorra, não será suficiente para fazer frente ao total do impacto.

Para finalizar, é importante destacar que as entidades não estão questionando o mérito da categoria, mas os impactos financeiros para o setor, certo?

Lidia Yoshikawa - Sem dúvidas! O projeto de lei é meritório porque os enfermeiros, os técnicos, auxiliares de enfermagem e os parteiros são fundamentais para a assistência à saúde da população. A essencialidade destes profissionais para o sistema de saúde é reconhecida por toda e qualquer entidade de saúde.



SINTESE
COMERCIAL HOSPITALAR

34
ANOS
DESDE 1988



FILIAIS: Imperatriz-MA
(99) 3525-0431

Cuiabá-MT
(65) 3025-5989

Paraopebas-PA
(94) 3346-2738

Brasília-DF
(61) 3234-8830

Palmas-TO
(63) 3215-7192

Santarém-PA
(93) 99191-9648

Belém-PA
(96) 98140-4364

Macapá-AP
(96) 98140-4364

Manaus-AM
(92) 3346-0100

MATRIZ: Goiânia-GO
(62) 3212-3015

Rua 9-A nº 411 Setor Aeroporto - CEP: 74.075-250 - Goiânia - GO

Orlandir Paula Cardoso
Sócio-Proprietário

Avanços no caso IMAS

Cronograma oficial de pagamento das faturas remanescentes e do primeiro trimestre de 2022 deve ser apresentado nos próximos dias

A força-tarefa das entidades representativas dos prestadores de serviços credenciados ao Instituto Municipal de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (IMAS) contra a falta de repasses financeiros por parte da autarquia garantiu avanços ao imbróglio, que há meses vinha comprometendo financeira e economicamente os estabelecimentos e colocando em risco o atendimento à mais de 80 mil usuários do IMAS.

Isso porque, além da quitação das competências outubro, novembro e dezembro de 2021, uma auditoria externa foi contratada para levantamento dos valores em aberto, após recomendação do Ministério Público do Estado de Goiás. Além do mais, logo após esta auditoria externa, que será realizada pela equipe da UFG, será apresentado o cronograma oficial de pagamento dos remanescentes e das faturas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022.

A promessa é que os hospitais, laboratórios, bancos de sangue, clínicas de imagem e clínicas oncológicas e o próprio MP tenham acesso a este cronograma nos próximos dias, no mais tardar até a primeira semana de agosto. Atualmente, o IMAS está realizando o pagamento mês a mês, mas a expectativa dos prestadores é que uma força-tarefa seja feita para a partir do momento que estiverem com este cronograma em mãos.

O caso

No dia 21 de fevereiro, os representantes dos prestadores de serviços do IMAS se reuniram para discutir a situação. Na

ocasião, além da falta de pagamento e de reajuste por parte do IMAS, foram destacadas as dificuldades financeiras que os hospitais e demais estabelecimentos de saúde já enfrentam há algum tempo. Também foi reivindicado à presidência da autarquia esclarecimentos sobre o que estava sendo feito para regularização da situação, sobretudo em relação os critérios adotados para pagamento dos serviços prestados.

Três dias depois, uma nova reunião foi realizada, desta vez com a participação do então presidente do Instituto, Jefferson Leite da Silva. Na ocasião, as entidades deliberaram sobre a suspensão dos atendimentos eletivos e primeiros atendimentos aos usuários do IMAS. Entretanto, pouco tempo depois, diante do reiterado descumprimento das cláusulas contratuais e após várias tentativas de negociação com a Diretoria do IMAS, Secretaria de Governo, Secretaria de Finanças e com o Prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, ficou decidido pela suspensão total de tais atendimentos, sendo mantidos apenas os atendimentos de urgência e emergência.

No dia 28 de abril, os representantes das entidades foram recebidos pelo novo presidente do IMAS, Welmes Marques da Silva, e pelo novo chefe de gabinete, o biomédico Dr. Gezyon Melo, para discutir as demandas dos prestadores de serviço de saúde. E, diante do pagamento da competência outubro/2021 e seu compromisso com a quitação de novembro/2021 até a data de 20 de maio, os atendimentos foram retomados na primeira quinzena de maio.



Reunião realizada entre as entidades e o então presidente do IMAS, na sede da AHEG, no dia 24 de fevereiro

LGPD na Saúde: cuidados, desafios e orientações

Membra do Fórum Empresarial LGPD, a advogada Lidia Yoshikawa conta um pouco sobre como o Setor Saúde vem se adequando à lei

Apesar de o tema “proteção de dados” não ser novidade no setor Saúde, a LGPD chegou estabelecendo processos e procedimentos para a utilização e manipulação de dados pessoais. Isso com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Passados quatro anos de sua promulgação, fica a pergunta: como o setor saúde tem se adequando a essas exigências? Quais têm sido os principais desafios e dificuldades? Como a pandemia da Covid-19 impactou no processo? Há algo de novo sobre a LGPD no ano de 2022? Quais são as sanções para os estabelecimentos que não se ajustarem às normas?

A Revista AHEG também conversou com a advogada Lidia Yoshikawa sobre essas e outras questões relacionadas à adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Setor Saúde. Além de consultora jurídica da FBH, ela compõe o Fórum Empresarial LGPD, integrado por cerca de 100 entidades empresariais pertencentes a diferentes segmentos. Confira:

Em primeiro lugar, o que se espera para 2022 em relação à LGPD?

Lidia Yoshikawa - Após parcial regulamentação da LGPD pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ocorrida em 2021, para este ano de 2022 aguardamos que a norma dispondo sobre a dosimetria das sanções que podem ser aplicadas seja aprovada. Isto ensejará a atuação fiscalizatória efetiva da ANPD, com possíveis aplicações de sanções às entidades que não estiverem adequadas à LGPD.



Segundo o TCU, 76% das organizações públicas federais ainda não se adequaram às determinações desta lei, que está em vigor desde 2020. Como é esta realidade no âmbito da saúde?

Lidia Yoshikawa - O TCU analisou o cenário do setor público, vale dizer, dos órgãos e entidades públicos que possuem normas específicas na LGPD. Não obstante, este cenário analisado pode não ser tão diferente do setor privado. Isto porque, especificamente no setor da saúde, as entidades estão no processo de internalização das exigências da LGPD para o tratamento de dados dos usuários de seus serviços. Como as adequações às exigências da LGPD demandam custos e mudança de cultura organizacional, as entidades de saúde estão em diferentes estágios de adequação.



Especialidades:
Ginecologia e Obstetrícia
Clínica Médica
Gastroenterologia
Angiologia
Cirurgia Geral
Neurologia

Exames:
Tomografia computadorizada
Ultrassonografia
Laboratório de Análises Clínicas
Radiologia
Mamografia
UTI



**HOSPITAL
São Domingos**

Diretor Técnico: Dr. Alvaro Soares de Melo - Ginecologista

Av. T-2, nº 1.941, St. Bueno - CEP 74.215-010
Goiânia - GO

Fone: (62) 3095-9898
www.hospitalsaodomingos.com.br

Em 2021, o Ministério da Saúde e o aplicativo SUS foram atacados e tiveram dados vazados. Quais são os riscos do não tratamento adequado de dados dos pacientes?

Lidia Yoshikawa - Os hospitais são considerados agentes de tratamento de dados para fins da LGPD. Isto implica na necessidade da tomada de cuidados específicos para a proteção dos dados pessoais dos usuários dos seus serviços e de seus colaboradores. A não existência de mecanismos de proteção destes dados pode levar à sua utilização inadequada, alheia aos fins para os quais os dados foram coletados. Neste caso, os agentes de tratamento podem ser penalizados com sanções de advertência, multas em valores altos e medidas de suspensão das atividades de tratamento de dados, de acordo com o previsto na Resolução CD/ANPD Nº 1, de 28 de outubro de 2021. Além disso, os agentes de tratamento de dados podem ser responsabilizados por danos causados por condutas inadequadas, dentre as quais se destaca o vazamento dos dados pessoais dos usuários dos seus serviços.

De forma resumida, como a LGPD é aplicada nas práticas do dia a dia das instituições de saúde?

Lidia Yoshikawa - A LGPD tem por finalidade proteger o tratamento dos dados pessoais, que envolve a coleta, o armazenamento, a utilização e o compartilhamento destes dados. As instituições de saúde hospitalares coletam dados pessoais preliminares no atendimento inicial dos usuários dos seus serviços, após, a estes dados são acrescidos outros durante a realização da consulta médica e os prontuários médicos consolidam os dados de saúde destes usuários. Por fim, estes dados poderão ser compartilhados no âmbito do hospital ou externamente com outras instituições. Todas estas etapas são consideradas como de tratamento de dados para fins da LGPD.

Os estabelecimentos de saúde precisam tomar cuidados especiais em relação a esta lei? Se sim, pode mencionar alguns deles?

Lidia Yoshikawa - Os dados de saúde são considerados sensíveis pela LGPD, o que significa que demandam cuidados especiais para a coleta, a guarda, a utilização e o compartilhamento. O nível de segurança da proteção dos dados coletados e tratados deve ser sempre maior que o usual, existente para outros serviços que não o da saúde.

Quais têm sido as principais dificuldades e desafios na implementação da LGPD no setor saúde?

Lidia Yoshikawa - A falta de recursos financeiros para implantação de mecanismos e redes de proteção e segurança dos dados de saúde, para treinamento e contratação de profissionais específicos, principalmente pelos pequenos hospitais, e a mudança da cultura organizacional sobre a importância da proteção e sigilo dos dados de saúde e da adequação à LGPD.

Como a pandemia da Covid-19 impactou nesse processo?

Lidia Yoshikawa - A pandemia da Covid-19 potencializou os serviços e os atendimentos de saúde realizados e, por conseguinte, a quantidade de dados pessoais coletadas.

Uma das mudanças ocasionadas pela pandemia foi a adoção do sistema de consultas por meio da telemedicina. Os riscos e cuidados são maiores neste caso?

Lidia Yoshikawa - A prática da telemedicina implica em maiores gastos em sistemas de proteção de dados compartilhados entre os usuários e os profissionais de saúde. O ambiente deve ser seguro, vale dizer, protegido contra vazamentos, por exemplo. Quanto maior o risco de utilização indevida de dados pessoais, maior se torna a responsabilidade dos prestadores de serviços de saúde.

O que acontece com a instituição médica que não se adequar à nova LGPD? Quais são as penalidades? Elas já estão em vigor?

Lidia Yoshikawa - As entidades de saúde hospitalares que não se adequarem à LGPD podem ser sancionadas com penas de advertência, multa, suspensão de atividades de tratamento de dados, de acordo com as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. As normas que tratam destas penalidades e do processo sancionador a ser aplicado pela ANPD já estão em vigor. O processo sancionador foi regulamentado pela Resolução CD/ANPD Nº 1, de 28 de outubro de 2021. A efetividade desta Resolução aguarda ainda a publicação da resolução que tratará da dosimetria das sanções.

Como a FBH vem contribuindo nessa tarefa de adequação dos hospitais à LGPD?

Lidia Yoshikawa - A FBH publicou o Guia LGPD para o Setor Hospitalar e mantém um FAQ sobre o assunto que pode ser acessado por qualquer um de seus associados. A Federação também elaborou uma proposta de regulamentação da LGPD para os hospitais e prestadores de saúde de pequeno porte, que foi encaminhada à ANPD. Além de participar, como membro titular, do Fórum Empresarial LGPD, que reúne aproximadamente 100 entidades de diferentes segmentos econômicos e compõe o recém instituído Fórum LGPD de Saúde.

Guia LGPD para o Setor Hospitalar, FAQ e apoio jurídico

Para quem ainda tem dúvidas sobre os princípios e bases legais da LGPD, como ela funciona no ambiente hospitalar, quais são as obrigações dos hospitais em relação ao tratamento de dados sensíveis e, sobretudo, como se adequar à lei e se proteger no ambiente remoto, a FBH, em parceria com a P&B Compliance, lançou o Guia LGPD para o Setor Hospitalar, um importante instrumento de informação estratégica e de auxílio aos gestores hospitalares.

Estruturado em cinco capítulos, o documento é um amparo na tarefa de adequar o funcionamento do estabelecimento às novas exigências da LGPD, inclusive ao elencar as etapas para consolidação desse projeto de adequação, que inclui a elaboração de um programa de governança em proteção de dados e a criação de um comitê responsável pela aplicação deste programa. Confira em www.fbh.com.br/publicacoes-fbh.

A entidade também conta com um FAQ, que apresenta esclarecimentos sobre as principais dúvidas relacionadas ao tema, além de uma equipe jurídica disponível para trocar experiências e ajudar na adequação à LGPD, pelo e-mail lgpd@fbh.com.br



Tratamento digno contra o câncer.



TOUCA INGLESA
é possível vencer o câncer
sem perder o cabelo.

Responsável Técnica:
Dra. Irene Noleto dos Santos
CRM - 6038 - Oncologista

**Líder em qualidade e segurança, a Touca Inglesa Paxman
reúne diferenciais que proporcionam benefícios para pacientes:**



SILENCIOSA: Extremamente silenciosa e dispensa o uso de proteção auricular.

SEGURO: Única tecnologia que não registrou queimaduras, segundo estudo da FDA

CONFORTO: Touca maleável, anatômica e permite que o paciente apoie costas, cabeça e dorma.

CONTROLE DE TEMPERATURA: A tecnologia mantém a temperatura do couro cabeludo estabilizada mesmo quando o paciente vai ao banheiro.

SUPERVISÃO MÍNIMA: Processos rápidos e simples para a equipe de enfermagem.

ESTUDOS: Única no Brasil certificada pela FDA-USA.



O futuro da Saúde em Goiás em debate

AHEG abre espaço para candidatos ao governo do estado. Intenção é que governadores em potencial se atenham à realidade da categoria e construam planos de governo realistas e viáveis

A diretoria da AHEG recebeu no dia 27 de junho o candidato ao governo do estado de Goiás, o deputado federal Major Vitor Hugo. Natural da Bahia, o militar e advogado filiado ao Partido Liberal se elegeu deputado federal por Goiás com 31.190 votos. Foi líder do governo e atua como consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Na associação, o agora candidato apresentou a sua história e suas intenções para um possível governo.

“Precisamos trabalhar com algo em que nós acreditamos”, alertou o presidente da associação e também da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), Adelvânio Francisco Morato, após pontuar uma série de projetos de leis construídos e aprovados pela Câmara Federal ao longo da história que, por falta de conhecimento empírico e teórico, tem levado a uma série de problemas para a cadeia hospitalar, como o fechamento de vários hospitais. Um dos exemplos citados por Morato foi o PL que institui piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras em todo o território nacional sem levar em consideração as enormes diferenças regionais.

Membros da diretoria se manifestaram e elencaram, ainda, outras situações que merecem estudo por parte de políticos que almejam ocupar o Palácio das Esmeraldas a partir de janeiro de 2023. Dentre eles, as O.S. e os repasses feitos pelo governo para pagar os atendimentos supridos à população pela rede privada, os quais são sempre pagos em atraso (às vezes, nem pagos são) e estão defasados. “Ano passado, a queda na arrecadação dos hospitais foi de 30 a 40%. A situação é alarmante”, informou Morato.

“Se eleito, quero aproveitar o potencial do estado, como a mineração”, disse Major Vitor Hugo. Ele afirmou ainda que quer ajuda da associação para a construção de um plano de saúde no seu projeto de governo. Além do presidente da AHEG, também participaram da reunião os diretores José Maria Dias de Azeredo Bastos, Fernando A. Honorato da Silva e Souza, Fabiano Bereta Coelho e Valdenir Ribeiro.





CBCO

HOSPITAL DE OLHOS

Diretor Técnico: Dr. Arnaldo Cialdini - CRM 5526



**ESPECIALISTAS ALTAMENTE QUALIFICADOS
NO TRATAMENTO DAS MAIS DIVERSAS
DOENÇAS OFTALMOLÓGICAS**

(62) 3252-5566



www.cbco.com.br

A gente **cuida** da **sua saúde** financeira.



1 entre **3** médicos são cooperados*
Sicoob UniCentro Br

Cooperativa de Crédito fundada por médicos há quase 30 anos, somos especialistas em cuidar da sua saúde financeira. Com atendimento humanizado e condições exclusivas, oferecemos as melhores soluções financeiras e melhor, com todas as vantagens cooperativistas como resultado financeiro compartilhado e estímulo à economia local.

*Estatísticas do município sede da cooperativa.



SICOOB
UniCentro Br

#Vempro5004

Visite uma agência,
ou se preferir, abra sua
conta pelo QR Code.

